ITATIBA – SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA - SÃO PAULO - SP

Agente Social

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

CÓD: OP-080MR-25
7908403571352

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) 7
2. Sentido próprio e figurado das palavras 14
3. Sinônimos e Antônimos 14
4. Pontuação 15
5. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem 16
6. Concordância verbal e nominal 22
7. Regência verbal e nominal 24
8. Colocação pronominal 26
9. Crase 27

Matemática

1. Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal 37
2. Mínimo múltiplo comum e Máximo divisor comum 38
3. Razão e proporção 39
4. Regra de três simples ou composta 41
5. Porcentagem 41
6. Equações do 1 ou do 2 graus 43
7. Sistema de equações do 1º grau 45
8. Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa 46
9. Relação entre grandezas: tabela ou gráfico 50
10. Noções de Geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, Teoremas de Pitágoras ou de Tales 53
11. Tratamento da informação: média aritmética simples 53

Conhecimentos Específicos
Agente Social

1. Papel do agente social 67
2. Noções básicas sobre os ciclos de vida 69
3. Abandono infantil e medidas de amparo 72
4. Violência doméstica contra criança e adolescente (VDCCA), contra a pessoa idosa e pessoa com deficiência 76
5. Violência de gênero 80
6. Noções de comunicação não violenta e mediação de conflitos 83
7. Conhecimentos em higiene, saúde, alimentação, educação e proteção 86
8. Noções em Primeiros Socorros 90
9. Ética e cidadania 104
10. Temas diversos: sexualidade humana; participação social; autonomia e emancipação; importância do brincar e contação de estórias 105

11. Noções sobre residência inclusiva 108
12. Conhecimento sobre serviços de acolhimento institucional 114
13. Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Princípios, Diretrizes e Objetivos 117
14. Cadastro Único e Programas de Transferência de Renda..... 123
15. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei no 8069, de 13 de julho de 1990 (Artigos 7º ao 14, 19 ao 24, 70 ao 73, 81, 98 ao 102, 131 ao 140) 126
16. Estatuto da Pessoa Idosa – Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Artigos 1º ao 25, 33 ao 36, 43 ao 51) 134
17. Estatuto da Juventude – Lei n o 12.852, de 5 de agosto de 2013 (todos os artigos) 139
18. Política Nacional para População em Situação de Rua – Decreto Federal no 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (todos os artigos) 145

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

– Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como "O Bicho", ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como "A Hora e a Vez de Augusto Matraga", de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

– Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- Leitura Atenta: Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- Identificação de Palavras-Chave: Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- Análise do Título e Subtítulos: Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- Contexto de Produção: Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- Perguntas Norteadoras: Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- Texto Literário: Um poema como "Canção do Exílio" de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- Texto Não Literário: Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral

exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

— Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de "Dom Casmurro", de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em "O Navio Negreiro", de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como "portanto", "por isso", "assim", "logo" e "no entanto" são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- Texto Literário: No conto "A Cartomante", de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- Texto Não Literário: Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

— Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

–Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: "Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão."

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: "Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global."

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: "Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal."

Exemplo indutivo: "Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular."

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: "Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade."

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: "Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo."

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: "além disso", "também", "ademais".
- Para contrastar ideias: "no entanto", "por outro lado", "todavia".
- Para concluir: "portanto", "assim", "logo".

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- Texto Literário: Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance "Capitães da Areia", de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

— Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

– Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes,

s ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

Os principais mecanismos de coesão referencial incluem:

- Pronomes pessoais: Usados para substituir substantivos mencionados anteriormente.

- Exemplo: João comprou um livro novo. Ele estava ansioso para lê-lo.

- Pronomes demonstrativos: Indicam a retomada de uma informação previamente dada ou a introdução de algo novo.

- Exemplo: Este é o problema que devemos resolver.

- Pronomes possessivos: Utilizados para evitar repetições, referindo-se à posse ou relação de algo já mencionado.

- Exemplo: Maria trouxe suas anotações para a aula.

RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA, ENVOLVENDO: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO OU RADICIAÇÃO COM NÚMEROS RACIONAIS, NAS SUAS REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA OU DECIMAL

A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. Neste contexto, a manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas. Vejamos alguns exemplos:

01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP – Analista Técnico Legislativo – Designer Gráfico – VUNESP) Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

(A) 4 000.
(B) 4 500.
(C) 5 000.
(D) 5 500.
(E) 6 000.

Resolução:

A = B + 10000 (I)
Transferidos: A – 2000 = 2.B , ou seja, A = 2.B + 2000 (II)
Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:
2.B + 2000 = B + 10000
2.B – B = 10000 – 2000
B = 8000 litros (no início)
Assim, A = 8000 + 10000 = 18000 litros (no início)
Portanto, após a transferência, fica:
A' = 18000 – 2000 = 16000 litros
B' = 8000 + 2000 = 10000 litros
Por fim, a diferença é de : 16000 – 10000 = 6000 litros
Resposta: E.

02. (EBSERH/ HUSM/UFSM/RS – Analista Administrativo – AOCP) Uma revista perdeu 1/5 dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

(A) 40.000.
(B) 50.000.
(C) 75.000.
(D) 95.000.
(E) 100.000.

Resolução:

Observe que os 200.000 leitores representa o todo, daí devemos encontrar 1/5 desses leitores, ou seja, encontrar 1/5 de 200.000.

1/5 x 200.000 = $\frac{1x200.000}{5} = \frac{200.000}{5} = 40.000$.

Desta forma, 40000 representa a quantidade que essa revista perdeu
Resposta: A.

03. (PM/SP – Oficial Administrativo – VUNESP) Uma pessoa está montando um quebra-cabeça que possui, no total, 512 peças. No 1.º dia foram montados 5/16 do número total de peças e, no 2.º dia foram montados 3/8 do número de peças restantes. O número de peças que ainda precisam ser montadas para finalizar o quebra-cabeça é:

(A) 190.
(B) 200.
(C) 210.
(D) 220.
(E) 230.

Resolução:

Neste exercício temos que 512 é o total de peças, e queremos encontrar a parte, portanto é a mesma forma de resolução do exercício anterior:

No 1.º dia foram montados 5/16 do número total de peças
Logo é 5/16 de 512, ou seja:

$$\frac{5}{16}x512 = \frac{5x512}{16} = \frac{2560}{16} = 160$$

Assim, 160 representa a quantidade de peças que foram montadas no primeiro dia. Para o segundo dia teremos 512 – 160 = 352 peças restantes, então devemos encontrar 3/8 de 352, que foi a quantidade montada no segundo dia.

$$\frac{3}{8}x352 = \frac{3x352}{8} = \frac{1056}{8} = 132$$

Logo, para encontrar quantas peças ainda precisam ser montadas iremos fazer a subtração 352 – 132 = 220.
Resposta: D.

04. (Pref. Maranguape/CE – Prof. de educação básica – Matemática – GR Consultoria e Assessoria) João gastou R$ 23,00, equivalente a terça parte de 3/5 de sua mesada. Desse modo, a metade do valor da mesada de João é igual a:

(A) R$ 57,50;
(B) R$ 115,00;
(C) R$ 172,50;
(D) R$ 68,50.

Resolução:

Vamos representar a mesada pela letra x.

Como ele gastou a terça parte (que seria 1/3) de 3/5 da mesada (que equivale a 23,00), podemos escrever da seguinte maneira:

$$\frac{1}{3}.\frac{3}{5}x = \frac{x}{5} = 23 \rightarrow x = 23.5 \rightarrow x = 115$$

Logo, a metade de 115 = 115/2 = 57,50

Resposta: A.

05. (FINEP – Assistente – CESGRANRIO) Certa praça tem 720 m^2 de área. Nessa praça será construído um chafariz que ocupará 600 dm^2.

Que fração da área da praça será ocupada pelo chafariz?

(A) 1/600
(B) 1/120
(C) 1/90
(D) 1/60
(E) 1/12

Resolução:

600 dm^2 = 6 m^2

$$\frac{6}{720} : \frac{6}{6} = \frac{1}{120}$$

Resposta: B.

MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM

MÁXIMO DIVISOR COMUM

O máximo divisor comum de dois ou mais números naturais não nulos é o maior divisor comum desses números. Esse conceito é útil em situações onde queremos dividir ou agrupar quantidades da maior forma possível, sem deixar restos.

Passos para Calcular o MDC:

– Identifique todos os fatores primos comuns entre os números.

– Se houver mais de um fator comum, multiplique-os, usando o menor expoente de cada fator.

– Se houver apenas um fator comum, esse fator será o próprio MDC.

Exemplo 1: Calcule o MDC entre 15 e 24.

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

15	3
5	5
1	

24	2
12	2
6	2
3	3
1	

então

$$15 = 3 \cdot 5$$
$$24 = 2^3 \cdot 3$$

O único fator comum entre eles é o 3, e ele aparece com o expoente 1 em ambos os números.

Portanto, o MDC(15,24) = 3

Exemplo 2: Calcule o MDC entre 36 e 60

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

36	3
12	3
4	2
2	2
1	

60	2
30	2
15	3
5	5
1	

então

$$36 = 2^2 \cdot 3^2$$
$$60 = 2^2 \cdot 3 \cdot 5$$

Os fatores comuns entre eles são 2 e 3. Para o fator 2, o menor expoente é 2 e para o fator 3, o menor expoente é 1.

Portanto, o MDC(36,60) = $2^2 \cdot 3^1 = 4 \cdot 3 = 12$

Exemplo 3: CEBRASPE - 2011

O piso de uma sala retangular, medindo 3,52 m × 4,16 m, será revestido com ladrilhos quadrados, de mesma dimensão, inteiros, de forma que não fique espaço vazio entre ladrilhos vizinhos. Os ladrilhos serão escolhidos de modo que tenham a maior dimensão possível. Na situação apresentada, o lado do ladrilho deverá medir

(A) mais de 30 cm.
(B) menos de 15 cm.
(C) mais de 15 cm e menos de 20 cm.
(D) mais de 20 cm e menos de 25 cm.
(E) mais de 25 cm e menos de 30 cm.

As respostas estão em centímetros, então vamos converter as dimensões dessa sala para centímetros:

$$3{,}52m = 3{,}52 \times 100 = 352cm$$
$$4{,}16m = 4{,}16 \times 100 = 416cm$$

Agora, para os ladrilhos quadrados se encaixarem perfeitamente nessa sala retangular, a medida do lado do ladrilho quadrado deverá ser um divisor comum de 352 e 416, que são as dimensões dessa sala. Mas, como queremos que os ladrilhos tenham a maior dimensão possível, a medida do seu lado deverá ser o maior divisor comum (MDC) de 352 e 416

352	2
176	2
88	2
44	2
22	2
11	11
1	

416	2
208	2
104	2
52	2
26	2
13	13
1	

O único fator comum entre eles é o 2, e ele aparece com o expoente 5 em ambos os números.

Portanto, o MDC(352, 416) = $2^5 = 32$.

Resposta: Alternativa A.

MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

O mínimo múltiplo comum (MMC) de dois ou mais números é o menor número, diferente de zero, que é múltiplo comum desses números. Esse conceito é útil em situações onde queremos encontrar a menor quantidade comum possível que possa ser dividida por ambos os números sem deixar restos.

Passos para Calcular o MMC:

– Decompor os números em fatores primos.

– Multiplicar os fatores comuns e não comuns, utilizando o maior expoente de cada fator.

Exemplo 1: Calcule o MMC entre 15 e 24.

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

15 , 24	2
15 , 12	2
15 , 6	2
15 , 3	3
5 , 1	5
1	

Para o mmc, fica mais fácil decompor os dois números juntos, iniciando a divisão pelo menor número primo e aplicando-o aos dois números, mesmo que apenas um seja divisível por ele. Observe que enquanto o 15 não pode ser dividido, continua aparecendo.

Os fatores primos são: 2^3, 3 e 5.

Portanto, o MMC(15,24) = 2^3. 3 . 5 = 8 . 3 . 5 = 120

Exemplo 2: Calcule o MMC entre 6, 8 e 14.

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

6 , 8 , 14	2
3 , 4 , 7	2
3 , 2 , 7	2
3 , 1 , 7	3
1 , 1 , 7	7
1	

Os fatores primos são: 2^3, 3 e 7.

Portanto, o MMC(6, 8, 14) = 2^3. 3 . 7 = 8 . 3 . 7 = 168

Exemplo 3: VUNESP - 2016

No aeroporto de uma pequena cidade chegam aviões de três companhias aéreas. Os aviões da companhia A chegam a cada 20 minutos, da companhia B a cada 30 minutos e da companhia C a cada 44 minutos. Em um domingo, às 7 horas, chegaram aviões das três companhias ao mesmo tempo, situação que voltará a se repetir, nesse mesmo dia, às

(A) 17h 30min.
(B) 16h 30min.
(C) 17 horas.
(D) 18 horas.
(E) 18h 30min.

Para encontrar o próximo momento em que os aviões das três companhias voltarão a chegar juntos, precisamos calcular o mínimo múltiplo comum dos intervalos de chegada: 20, 30 e 44 minutos.

20 , 30 , 44	2
10 , 15 , 22	2
5 , 15 , 11	3
5 , 5 , 11	5
1 , 1 , 11	11
1	

Os fatores primos são: 2^2, 3, 5 e 11.

Portanto, o MMC(20,30,44) = 2^2 . 3 . 5 . 11 = 660

Encontramos a resposta em minutos: 660 minutos. No entanto, como queremos saber o horário exato em que os aviões voltarão a se encontrar, precisamos converter esse valor para horas. Sabemos que 1 hora equivale a 60 minutos. Então

660 / 60 = 11 horas

Os aviões das três companhias voltarão a chegar juntos após 11 horas. Como o primeiro encontro ocorreu às 7 horas, basta somar 11 horas para encontrar o próximo horário de chegada conjunta:

11 + 7 = 18 horas

Resposta: Alternativa D.

RAZÃO E PROPORÇÃO

Frequentemente nos deparamos com situações em que é necessáio comparar grandezas, medir variações e entender como determinadas quantidades se relacionam entre si. Para isso, utilizamos os conceitos de razão e proporção, que permitem expressar de maneira simples e eficiente essas relações.

RAZÃO

A razão é uma maneira de comparar duas grandezas por meio de uma divisão. Se temos dois números a e b (com b≠0), a razão entre eles é expressa por a/b ou a:b. Este conceito é utilizado para medir a relação entre dois valores em diversas situações, como a comparação entre homens e mulheres em uma sala, a relação entre distâncias percorridas e tempo, entre outros.

Exemplo:

Em uma sala de aula há 20 rapazes e 25 moças. A razão entre o número de rapazes e moças é dada por:

$$\frac{20}{25} = \frac{4}{5}$$

Portanto, a razão é 4:5.

Razões Especiais

Algumas razões são usadas em situações práticas para expressar comparações específicas:

– Velocidade Média: A razão entre a distância percorrida e o tempo gasto, representada por:

$$\text{Velocidade Média} = \frac{\text{Distância}}{\text{Tempo}}$$

– Densidade Demográfica: A razão entre o número de habitantes e a área de uma região, dada por:

$$\text{Densidade Demográfica} = \frac{\text{População}}{\text{Área (km}^2\text{)}}$$

– Escalas: Usada para representar a proporção entre o tamanho real de um objeto e sua representação em um mapa ou desenho, como:

$$\text{Escala} = \frac{\text{Tamanho no mapa}}{\text{Tamanho real}}$$

PROPORÇÃO

Uma proporção é uma igualdade entre duas razões. Se temos duas razões A\B e C\D, dizemos que elas estão em proporção se:

$$\frac{A}{B} = \frac{C}{D}$$

Esse conceito é frequentemente utilizado para resolver problemas em que duas ou mais relações entre grandezas são iguais. A propriedade fundamental das proporções é que o produto dos extremos é igual ao produto dos meios, ou seja:

$$A \times D = B \times C$$

Exemplo:

Suponha que 3/4 esteja em proporção com 6/8. Verificamos se há proporção pelo produto dos extremos e dos meios:

$$3 \times 8 = 4 \times 6$$

Como 24 = 24, a proporção é verdadeira.

Exemplo:

Determine o valor de X para que a razão X/3 esteja em proporção com 4/6. Montando a proporção:

$$\frac{X}{3} = \frac{4}{6}$$

Multiplicando os extremos e os meios:

$$6X = 3 \times 4$$
$$6X = 12$$
$$X = 2$$

Propriedades das Proporções

Além da propriedade fundamental, as proporções possuem outras propriedades que podem facilitar a resolução de problemas. Algumas das mais importantes são:

– Soma ou diferença dos termos: A soma (ou diferença) dos dois primeiros termos está para o primeiro (ou segundo) termo assim como a soma (ou diferença) dos dois últimos termos está para o terceiro (ou quarto) termo. Por exemplo:

$$\frac{A+B}{B} = \frac{C+D}{D}$$

– Soma ou diferença dos antecedentes e consequentes: A soma (ou diferença) dos antecedentes está para a soma (ou diferença) dos consequentes, assim como cada antecedente está para seu respectivo consequente:

$$\frac{A+C}{B+D} = \frac{A}{B}$$

GRANDEZAS PROPORCIONAIS

Além de compreender razão e proporção, é importante entender como diferentes grandezas se relacionam entre si, conforme o comportamento das variáveis envolvidas.

Grandezas Diretamente Proporcionais

Duas grandezas são diretamente proporcionais quando a razão entre seus valores é constante, ou seja, quando uma grandeza aumenta, a outra também aumenta proporcionalmente. O exemplo clássico é a relação entre distância percorrida e combustível gasto:

Distância (km)	Combustível (litros)
13	1
26	2
39	3
52	4

Nessa situação, quanto mais distância se percorre, mais combustível é gasto. Se a distância dobra, o combustível também dobra.

Grandezas Inversamente Proporcionais

Duas grandezas são inversamente proporcionais quando a razão entre os valores da primeira grandeza é igual ao inverso da razão dos valores correspondentes da segunda. Um exemplo clássico é a relação entre velocidade e tempo:

Velocidade (m/s)	Tempo (s)
5	200
8	125
10	100
16	62,5
20	50

Aqui, quanto maior a velocidade, menor o tempo necessário para percorrer uma distância. Se a velocidade dobra, o tempo cai pela metade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Agente Social

PAPEL DO AGENTE SOCIAL

Atribuições e Campos de Atuação do Agente Social

O agente social é uma figura central no contexto das políticas públicas voltadas à promoção da cidadania e à redução das desigualdades sociais. Trata-se de um profissional que, embora nem sempre tenha formação superior específica, exerce funções de grande relevância prática e simbólica na interface entre o Estado e os cidadãos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Suas atribuições são diretamente voltadas à mediação, orientação, escuta e mobilização social, desempenhando uma função estratégica no processo de democratização do acesso aos direitos sociais.

No contexto da Política Nacional de Assistência Social, por exemplo, o agente social pode atuar como visitador, orientador social ou facilitador de grupos, sempre com o objetivo de garantir o acesso da população aos serviços socioassistenciais.

O exercício da profissão requer conhecimento técnico-operativo sobre os serviços da rede de proteção social básica e especial, bem como sobre os programas intersetoriais.

Principais atribuições do agente social:

▪ **Acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social:** por meio de visitas domiciliares, escuta qualificada e identificação de necessidades, o agente social colabora na elaboração de diagnósticos sociais que subsidiem ações mais efetivas das equipes técnicas.

▪ **Orientação sobre direitos e serviços públicos:** o agente social é responsável por fornecer informações claras sobre benefícios sociais, programas governamentais, serviços de saúde, educação, habitação, entre outros, facilitando o acesso dos usuários à rede pública.

▪ **Apoio em atividades socioeducativas e de convivência:** em unidades como os CRAS, CREAS, centros de juventude, casas de acolhimento e programas de proteção, o agente social pode coordenar oficinas, grupos temáticos e atividades de convivência que visam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ **Mediação de conflitos e fortalecimento de vínculos sociais:** especialmente em contextos de fragilidade social, violência doméstica, desagregação familiar ou discriminação, o agente social exerce um papel importante na mediação de situações conflituosas e no estímulo à convivência pacífica e solidária.

▪ **Mobilização comunitária:** outro papel relevante do agente social é estimular a participação da população nos espaços de controle social, como conselhos e conferências, incentivando a construção coletiva de soluções e o protagonismo social.

▪ **Articulação com a rede socioassistencial e intersetorial:** o agente social mantém contato com serviços públicos e organizações da sociedade civil, contribuindo para o encaminhamento adequado das demandas e para a construção de fluxos de atendimento mais eficazes.

Campos de atuação:

▪ **CRAS (Centro de Referência de Assistência Social):** atua no atendimento de famílias com perfil da proteção social básica, desenvolvendo atividades de prevenção de riscos sociais e fortalecimento de vínculos.

▪ **CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social):** atua em situações que exigem acompanhamento especializado, como violência doméstica, trabalho infantil, situação de rua, abuso sexual e medidas socioeducativas em meio aberto.

▪ **Abrigos, casas de passagem e unidades de acolhimento institucional:** colabora com equipes no atendimento direto a crianças, adolescentes, idosos e pessoas em situação de rua.

▪ **Projetos sociais vinculados a ONGs, OSCs e fundações:** desenvolve atividades educativas, recreativas, culturais e de formação profissional com populações vulneráveis.

▪ **Programas de inclusão produtiva e geração de renda:** atua na mobilização e acompanhamento de beneficiários, oferecendo orientação e apoio à inserção produtiva.

▪ **Escolas, postos de saúde, conselhos tutelares e demais equipamentos públicos:** participa de ações integradas, campanhas educativas e projetos intersetoriais.

O agente social, embora não necessariamente regulamentado como uma profissão de nível superior, desempenha funções fundamentais dentro das estruturas das políticas sociais. Por isso, sua qualificação continuada e valorização institucional são pontos-chave para garantir um atendimento de qualidade à população e para assegurar que as políticas públicas cumpram seu papel de promover justiça social e equidade.

Competências e Desafios Profissionais do Agente Social

A atuação do agente social exige um conjunto específico de competências técnicas, éticas e relacionais, fundamentais para lidar com a complexidade das demandas sociais presentes no cotidiano das políticas públicas.

Esse profissional ocupa uma posição estratégica na mediação entre o poder público e os cidadãos, especialmente aqueles em situação de exclusão ou vulnerabilidade social. Para exercer com eficácia esse papel, o agente social precisa estar preparado para enfrentar múltiplos desafios institucionais, estruturais e subjetivos, que atravessam sua prática.

Competências profissionais do agente social

As competências necessárias ao exercício da função do agente social podem ser agrupadas em três grandes eixos: técnico-operacionais, ético-políticas e interpessoais.

Competências técnico-operacionais:

▪ Conhecimento das políticas públicas e dos marcos legais que regem os direitos sociais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso.

▪ Capacidade de atuar em redes e articular diferentes serviços da proteção social básica e especial.

▪ Habilidade para realizar registros, relatórios e diagnósticos sociais que subsidiem o planejamento e a execução das ações.

▪ Domínio das metodologias participativas, como rodas de conversa, oficinas temáticas, dinâmicas de grupo e estratégias de educação popular.

Competências ético-políticas:

▪ Compromisso com os princípios da dignidade humana, da equidade, da não discriminação e da promoção da cidadania.

▪ Atuação pautada na ética profissional, no respeito à diversidade e na valorização dos saberes populares.

▪ Capacidade crítica para analisar a realidade social, identificar desigualdades estruturais e propor alternativas emancipadoras.

▪ Postura de respeito à autonomia dos sujeitos e de incentivo à participação social.

Competências interpessoais:

▪ Escuta ativa, empatia e sensibilidade no trato com pessoas em situação de sofrimento ou conflito.

▪ Comunicação clara, assertiva e acessível, especialmente com públicos de baixa escolarização.

▪ Capacidade de mediação de conflitos e fortalecimento de vínculos sociais e comunitários.

▪ Flexibilidade, paciência e resiliência emocional para lidar com situações-limite e contextos adversos.

Desafios profissionais do agente social

Apesar de sua importância estratégica, o agente social enfrenta diversos desafios que podem comprometer a qualidade de sua atuação e o alcance das políticas públicas. Esses desafios estão relacionados a aspectos estruturais do sistema de proteção social, à dinâmica institucional e às condições subjetivas do trabalho.

Precarização das condições de trabalho:

Muitos agentes sociais são contratados por meio de vínculos temporários ou precários, com salários baixos, carga horária elevada e falta de reconhecimento institucional. Essa precarização compromete a continuidade das ações e afeta diretamente a motivação e o bem-estar dos profissionais.

Formação insuficiente e falta de capacitação continuada:

Em muitos municípios, os agentes sociais são inseridos no trabalho sem formação adequada sobre as políticas públicas, os direitos sociais e as metodologias de atuação. A ausência de capacitações regulares dificulta o desenvolvimento de práticas qualificadas e críticas.

Sobrecarga de demandas e escassez de recursos:

É comum que esses profissionais enfrentem uma demanda muito superior à capacidade de atendimento dos equipamentos sociais. A falta de recursos materiais, humanos e logísticos agrava esse quadro e limita a efetividade das ações.

Fragilidade das redes de atendimento e da articulação intersetorial:

A atuação do agente social exige articulação com outras políticas públicas, como saúde, educação, habitação e segurança. Contudo, muitas vezes essas redes são frágeis ou desarticuladas, dificultando o encaminhamento e acompanhamento dos casos.

Desvalorização e invisibilidade profissional:

O agente social, especialmente nos espaços em que sua função não é formalmente reconhecida como de nível técnico ou superior, enfrenta dificuldades de valorização institucional. Sua atuação é muitas vezes vista como secundária, o que impacta seu protagonismo nas equipes multiprofissionais.

Desafios subjetivos e emocionais do trabalho social:

Lidar cotidianamente com a dor, a miséria e a injustiça social gera desgaste emocional e risco de adoecimento psíquico. A ausência de espaços de escuta e apoio psicológico para os trabalhadores sociais intensifica esse desafio.

O fortalecimento das competências do agente social e o enfrentamento dos desafios que marcam sua trajetória profissional são elementos fundamentais para a consolidação de políticas públicas mais eficazes, humanas e transformadoras. Investir na qualificação, valorização e reconhecimento desse profissional é uma exigência ética e política para garantir o direito de todos a uma vida digna e à plena cidadania.

O Agente Social como Articulador de Direitos e Políticas Públicas

A figura do agente social no cenário das políticas públicas brasileiras ocupa um papel de mediação essencial entre o Estado e a sociedade civil. Em sua atuação cotidiana, esse profissional é responsável por muito mais do que a execução de ações ou o encaminhamento de demandas: ele atua como um verdadeiro articulador de direitos, promovendo a integração entre os sujeitos e os mecanismos institucionais que compõem a rede de proteção social.

Em contextos marcados pela fragmentação das políticas públicas e pela desigualdade estrutural, o agente social assume a responsabilidade de tornar o acesso aos direitos uma realidade concreta, especialmente para os segmentos mais vulneráveis da população.

A função articuladora no contexto das políticas públicas

As políticas públicas, por definição, são construções coletivas que visam garantir direitos sociais e promover justiça e equidade. No entanto, a distância entre o desenho institucional das políticas e sua implementação prática muitas vezes cria barreiras ao acesso. É nesse ponto que a função do agente social se torna estratégica: ele atua como um elo entre o plano normativo das políticas públicas e a vivência concreta das populações atendidas.

Essa articulação acontece em múltiplos níveis:

▪ No território, onde o agente social conhece de perto a realidade local, identifica as principais vulnerabilidades sociais e potencialidades comunitárias, e adapta as ações institucionais às especificidades de cada comunidade.

▪ Na rede socioassistencial, estabelecendo fluxos de encaminhamento, trocas de informação e ações integradas com outros serviços da política de assistência social e também com as políticas de saúde, educação, habitação, trabalho e segurança pública.

▪ Com os usuários, traduzindo os direitos previstos em lei em orientações práticas e acessíveis, e promovendo processos de escuta, empoderamento e fortalecimento da autonomia dos sujeitos.

Marcos legais e institucionais do papel articulador

A função do agente social como articulador é respaldada por diretrizes legais e normativas presentes em documentos como a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Esses documentos estabelecem que a assistência social deve atuar por meio da articulação com as demais políticas públicas, e que a atuação nos territórios deve considerar a complexidade e interdependência das demandas sociais.

Na lógica da proteção social, o agente social contribui para operacionalizar o que a PNAS define como "matricialidade sociofamiliar", ou seja, o foco na família e no território como eixos estruturantes das ações socioassistenciais. Ao conhecer a realidade vivida pelas famílias e mobilizar os recursos disponíveis no território, o agente social ajuda a garantir a efetividade das políticas.

Instrumentos e estratégias de articulação

Para exercer essa função articuladora, o agente social mobiliza diferentes instrumentos e estratégias:

▪ **Mapeamento e diagnóstico territorial:** identificação dos principais problemas sociais, dos recursos institucionais disponíveis e dos sujeitos estratégicos na comunidade.

▪ **Construção de parcerias:** estabelecimento de vínculos com escolas, unidades de saúde, conselhos tutelares, associações comunitárias, lideranças locais e outros agentes públicos.

▪ **Promoção de espaços participativos:** estímulo à formação de grupos, redes e fóruns que permitam à população expressar suas demandas, monitorar a qualidade dos serviços e participar das decisões públicas.

▪ **Mediação de interesses:** atuação na resolução de conflitos, negociação de interesses divergentes e superação de obstáculos institucionais ao atendimento das demandas sociais.

Desafios da função articuladora

Apesar de sua importância, o papel articulador do agente social enfrenta diversos desafios, tais como:

▪ Fragmentação e descontinuidade das políticas públicas, que dificultam a construção de redes estáveis e articuladas de proteção social.

▪ Falta de reconhecimento formal da função do agente social, que compromete seu protagonismo nas equipes e nas instâncias decisórias.

▪ Resistência institucional à horizontalidade das relações, que impede o pleno desenvolvimento de práticas intersetoriais e participativas.

▪ Limitações de recursos humanos e materiais, que afetam a capacidade de atuação territorializada e contínua.

O agente social, ao atuar como articulador de direitos e políticas públicas, representa um dos principais vetores da efetivação da cidadania nos territórios. Seu trabalho é fundamental para transformar políticas públicas em ações concretas e acessíveis, e para garantir que os sujeitos historicamente marginalizados tenham voz, vez e acesso aos seus direitos.

Fortalecer essa função exige investimento em formação, valorização institucional e apoio contínuo às práticas territoriais e intersetoriais, reconhecendo o agente social como um sujeito político central no projeto democrático e inclusivo de sociedade.

NOÇÕES BÁSICAS SOBRE OS CICLOS DE VIDA

Infância: fase de desenvolvimento e proteção

A infância é a primeira etapa do ciclo de vida humano e representa um período fundamental para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social dos indivíduos. No campo do Serviço Social, essa fase exige atenção especial devido à sua centralidade na formação da personalidade e das relações sociais iniciais, sendo o momento em que se estruturam as bases para a construção da identidade e da autonomia.

Do ponto de vista legal, o marco normativo mais relevante é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069 de 1990, que estabelece os direitos fundamentais da criança, compreendida como a pessoa até doze anos de idade incompletos. O artigo 1º do ECA define: "Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente." Já o artigo 3º assegura: "A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade."

A infância é, portanto, uma fase de direitos prioritários, conforme reforçado pelo artigo 227 da Constituição Federal, que afirma: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária."

Contudo, embora haja um amplo arcabouço legal de proteção, a realidade de muitas crianças no Brasil ainda é marcada por situações de vulnerabilidade, exclusão e violação de direitos. Entre os principais problemas enfrentados na infância, destacam-se:

▪ Trabalho infantil precoce, que priva a criança do direito ao estudo e ao lazer;

▪ Negligência e abandono por parte da família ou responsáveis;

▪ Violência física, psicológica e sexual;

▪ Desnutrição e falta de acesso à saúde de qualidade;

▪ Exclusão educacional ou precariedade no sistema público de ensino;

▪ Condições de moradia inadequadas e insegurança alimentar.

Esses elementos se intensificam em contextos de pobreza, racismo estrutural, desigualdade territorial e ausência de políticas públicas eficientes. O trabalho do assistente social se insere nesse cenário com o objetivo de garantir os direitos das crianças e proteger sua condição de sujeito em desenvolvimento.

A atuação profissional no campo da infância deve observar princípios como:

- Defesa intransigente dos direitos da criança, com base na proteção integral;
- Atendimento humanizado e escuta qualificada das demandas das crianças e de suas famílias;
- Articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, incluindo saúde, educação, sistema de justiça e políticas de cultura e esporte;
- Apoio à convivência familiar e comunitária, evitando institucionalizações desnecessárias;
- Atuação preventiva frente às situações de risco, por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O Serviço Social integra equipes multiprofissionais nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), conselhos tutelares, escolas, unidades de saúde e abrigos institucionais, atuando na escuta, acolhimento, elaboração de diagnósticos sociais e encaminhamentos adequados para a rede de proteção.

Além disso, o profissional deve fomentar espaços de participação infantil, reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos e protagonistas sociais. A construção de políticas públicas eficazes para a infância depende da escuta ativa dos seus sujeitos e da valorização das suas formas de expressão.

Em suma, a infância é uma fase crítica de cuidado, proteção e investimento. Cabe ao Serviço Social assegurar que as crianças tenham seus direitos efetivamente respeitados, rompendo com ciclos de exclusão e promovendo condições para um desenvolvimento saudável, pleno e em igualdade de oportunidades. Trata-se de um compromisso ético-político com a defesa da infância como prioridade absoluta da sociedade.

Adolescência: construção de identidade e desafios sociais

A adolescência representa uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por intensas transformações físicas, emocionais, cognitivas e sociais. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069 de 1990, define como adolescente a pessoa com idade entre 12 e 18 anos incompletos, podendo a proteção ser estendida, em casos excepcionais, até os 21 anos. O artigo 2º do ECA dispõe: "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade."

A adolescência é um período de intensas buscas por autonomia, pertencimento e construção de identidade. Os adolescentes experimentam mudanças corporais, despertam para a sexualidade, enfrentam conflitos familiares e ampliam sua inserção social por meio da escola, dos grupos de pares, da cultura e da comunidade. É nesse momento que se definem valores, vínculos e projetos de vida.

No entanto, o contexto social brasileiro impõe sérios obstáculos à vivência plena dessa fase. Os adolescentes, sobretudo aqueles oriundos das classes populares, enfrentam uma série de vulnerabilidades que afetam seu processo de desenvolvimento. Entre os principais desafios sociais da adolescência, destacam-se:

- Violência urbana e letalidade juvenil, especialmente entre jovens negros e moradores de periferias;
- Exclusão educacional, evasão escolar e acesso precário à educação de qualidade;
- Trabalho precoce, dificultando a formação acadêmica e profissional;
- Gravidez na adolescência, muitas vezes associada à ausência de políticas públicas de orientação sexual e reprodutiva;
- Uso e abuso de substâncias psicoativas;
- Discriminação por gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero;
- Conflitos com a lei e estigmatização social, sobretudo no sistema socioeducativo.

O artigo 227 da Constituição Federal determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade e à liberdade. Contudo, essas garantias legais são frequentemente negadas à juventude pobre e periférica, que se vê submetida à violência institucional, à precarização dos serviços públicos e à estigmatização social.

Nesse cenário, o papel do Serviço Social é central na mediação das demandas dos adolescentes e na defesa de seus direitos. O profissional atua na escuta, orientação e encaminhamento dos jovens, buscando construir alternativas que respeitem sua singularidade, potencialidades e autonomia.

A atuação do assistente social com adolescentes envolve:

- Promoção de espaços de participação e escuta ativa, valorizando a voz dos adolescentes na construção de políticas públicas;
- Trabalho intersetorial com educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e sistema de justiça;
- Apoio ao retorno ou permanência na escola, com incentivo à continuidade dos estudos e à qualificação profissional;
- Atendimento às situações de violência, exploração, abuso e negligência, com articulação da rede de proteção;
- Acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, com foco na responsabilização sem criminalização;
- Incentivo à convivência comunitária e ao fortalecimento de vínculos familiares e sociais.

Nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados (CREAS), escolas, unidades básicas de saúde, centros culturais e organizações da sociedade civil, o Serviço Social atua na implementação de ações que respeitam os direitos dos adolescentes e ampliam suas possibilidades de vida digna e cidadania.

É fundamental, ainda, reconhecer que os adolescentes não são um grupo homogêneo. Os recortes de classe, raça, gênero, deficiência e território produzem desigualdades que precisam ser enfrentadas a partir de uma perspectiva crítica e interseccio-